

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CONERH

1 No dia 28 de Agosto de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido à
2 pandemia de Coronavírus, ocorreu à décima nona Reunião Extraordinária do
3 CONERH. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de
4 convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1. Apreciação e
5 aprovação do Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do
6 PROCOMITÊS, referente ao contrato ANA/SEMA/INEMA; 2. Apresentação do
7 Quarto Relatório Anual das atividades e situação do atingimento de metas do
8 Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água –
9 QUALIÁGUA.

10 Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do
11 *quórum*, deu boas vindas aos presentes e sinalizou que a experiência tem sido
12 de longas horas de trabalho, então está tentando começar o trabalho e dar uma
13 otimizada no tempo, vez que ultimamente as reuniões tem extrapolado o tempo
14 previsto. Então, efetivamente a SECEX percebe que as pautas nesse modelo
15 da reunião virtual tem que ser pautas mais enxutas, pois chega determinado
16 momento não consegue mais desenvolver os trabalhos, fica querendo cumprir
17 a pauta e ao mesmo tempo compromete as discussões, porque todos estão
18 cansados, o que é natural. Diante disso, sinalizou que vai procurar otimizar ao
19 máximo o tempo da reunião. Esclareceu que a pauta de hoje é uma pauta
20 institucional, salientou que o ProComitês já foi visto previamente na CTPPP, e
21 que as reuniões das câmaras técnicas tem contribuído muito para as decisões
22 da plenária, pois as discussões prévias possibilitar tirar as dúvidas. Pontuou,
23 ainda, que a dinâmica das reuniões virtuais permitem fazer mais de uma
24 reunião, com tempo mais curto, que possibilita dar continuidade as discussões.
25 Ressaltou que a SECEX está verificando as Câmaras técnicas tanto do
26 CONERH, quanto do CEPRAM que não tiveram reuniões, ainda, para que
27 comece, nem que seja para reunir e rever competências e aproveitar esse
28 tempo da reunião virtual para até dezembro colocar todas as câmaras técnicas
29 em pleno funcionamento, sendo essa a ideia e objetivo da SECEX. Ressaltou
30 que a reunião hoje é extraordinária e tem dois pontos a apreciação e

31 aprovação do relatório das metas do PROCOMITÊS, com o parecer da câmara
32 técnica, que aconteceram duas reuniões da CTPPP, a primeira reunião foi 16
33 de julho de 2020 e como houve a necessidade de complementação, inclusive
34 para que a equipe técnica recebesse as contribuições, foi realizada outra
35 reunião, em 20 de agosto de 2020, concluindo com o parecer do relator Walter
36 Guerra, salientando que encontra-se presente Thamires Gomes para
37 complementar as informações. E o segundo ponto de pauta é a apresentação
38 do 4º relatório anual das atividades e do atendimento de metas do programa
39 QUALIÁGUAS. Esclareceu que tem pautas do CONERH que estão no
40 planejamento, mas essas são pautas institucionais e que possuem prazos,
41 portanto a SECEX teve que dar prioridade para não acontecer o
42 comprometimento dos prazos para os encaminhamentos.

43 Thamires Gomes – CODIS /INEMA iniciou a apresentação da certificação do
44 ano de 2019 do Programa nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias
45 Hidrográficas – PROCOMITÊS, com número de contrato 79/2017. Esclareceu
46 que o PROCOMITÊS é dividido em cinco componentes: Componente I –
47 Funcionamento e conformidade documental que possuem pontuações
48 recomendadas de 10 a 15 e estas pontuações variam em relação aos pesos de
49 cada indicadores que variam de 0,10 à 0,20. O componente I é composto pelos
50 seguintes indicadores: aprovação do quadro de indicadores e metas;
51 instrumento formal, todos os Comitês possuem e pontuam o máximo que é 01,
52 ou seja, o instrumento formal é de responsabilidade da entidade estadual que é
53 o decreto de formalização do Comitê; regimento interno, todos os Comitês
54 pontuaram, por ser de responsabilidade de cada comitê; mandatos e processos
55 eleitorais, todos os Comitês também pontuaram a totalidade, pois em 2016
56 todos os Comitês passaram por um processo eleitoral e agora em 2020 foi
57 prorrogado devido a situação da pandemia, ou seja, nenhum mandato está fora
58 do prazo; reuniões ordinárias, estas são de responsabilidade dos Comitês e
59 como pode-se notar a maioria dos Comitês possuem 04 reuniões ordinárias no
60 ano, somente o Sobradinho possui três reuniões previstas no ano, no entanto
61 o comitê do Paramirim prevê no Regimento interno quatro reuniões, porém só
62 realizaram duas e por conta disso ocorreu uma baixa na pontuação; quórum,



63 todos os Comitês possuem diferenças em seus regimentos internos, sinalizou
64 que esta pontuação foi a primeira apresentada na primeira reunião da CTPPP,
65 disse que foram feitas algumas alterações para ajustar as informações devido
66 a imprecisões tanto da ANA como dos Comitês e que após essas adequações
67 os únicos Comitês que não pontuaram foi o Comitê do Paraguaçu e o Comitê
68 do Sobradinho, por não conseguirem alcançar um quórum mínimo nas
69 reuniões ordinárias; documentos (atas, listas de presença, deliberações e etc),
70 em relação a conformidade documental são previstas duas situações: as atas
71 elaboradas e aprovadas, e as convocações das reuniões feitas no período
72 previsto. Sinalizou que o Comitê do Rio de Contas possui atas aprovadas, mas
73 as convocações não foram realizadas dentro do prazo, por conta disso
74 pontuaram 0,85. Os Comitês do Corrente e FRABS pontuaram a totalidade. Já
75 os Comitês do Grande, do Itapicuru e do leste aprovaram as atas, porém não
76 fizeram a convocação no prazo, a diferença de 0,5 para 0,85 ocorre porque
77 alguns Comitês só tiveram uma convocação fora do prazo e os demais Comitês
78 tiveram mais convocações fora do prazo. Somente o Paraguaçu não aprovou
79 todas as atas, só aprovou uma ata ordinária do ano de 2019, porém convoca
80 suas reuniões no prazo previsto no regimento interno e por isso pontuou 0,7.
81 Os Comitês do PIJ e do Paramirim tiveram a pontuação total, pois cumpriram
82 tanto as atas assinadas, quanto o prazo de convocação das reuniões; plano de
83 trabalho e relatório, todo ano os Comitês precisam fazer esses dois
84 documentos, no entanto somente o Grande e o Itapicuru não fizeram o relatório
85 anual, por isso pontuaram 0,5, o Salitre e Verde Jacaré não fizeram essas
86 duas atividades, por isso não pontuaram. Os demais Comitês fizeram as duas
87 atividades e tiveram pontuação máxima; e apoio técnico e logístico, de
88 responsabilidade do INEMA, foi atendido fazendo com que as reuniões dos
89 Comitês aconteçam e por isso todos pontuaram. Componente II – Capacitação,
90 neste componente tem três indicadores, sendo que cada indicador desses
91 possui o peso igualitário de 0,33 e o recomendado é que pontuem pelo menos
92 quinze por cento. Os indicadores do componente II são: capacitação dos novos
93 membros, ocorreu diferença na pontuação, pois nem todos os membros de
94 Comitês fizeram as capacitações, no Comitê do Contas, Itapicuru, Leste,
95 Paraguaçu, Paramirim e PIJ não tiveram pontuação, os demais Comitês



96 tiveram meio ponto porque de três a quatro membros fizeram as capacitações,
97 só fez a pontuação total o Comitê do Recôncavo Norte inhambupe, por que os
98 membros novos que entraram no comitê fizeram a capacitação e o comitê do
99 recôncavo Sul também teve nota máxima, pois não entrou nenhum membro
100 novo, por isso não precisou de capacitação; Plano de capacitação (aprovação/
101 revisão), é de responsabilidade tanto do comitê quanto do INEMA, todos os
102 Comitês precisam elaborar um plano de capacitação, aprovar em plenária e
103 encaminhar para CGDIS onde se elabora um plano de capacitação para que
104 ocorra em todos os 14 Comitês, no entanto nem todos os Comitês fizeram iss,
105 o Corrente, FRABS, Itapicuru, Grande e Leste, recôncavo Sul, Salitre e verde
106 jacaré não fizeram o plano de capacitação por conta disso não pontuaram;
107 Implementação e Monitoramento do Plano de Capacitação, a responsabilidade
108 também é do INEMA e do comitê, vai ser igualitário quem não possuía um
109 plano não teve nenhuma implementação e nem monitorou, por isso fixou com
110 zero. Componente III – Comunicação possui três indicadores, cujo peso de
111 cada indicador é 0,33. Os indicadores são: Sítio eletrônico ou página em rede
112 social, todos os Comitês pontuaram, salientou que tem o site do INEMA onde
113 também é divulgada todas as ações dos Comitês e alguns possuem facebook,
114 instagram; Plano de Comunicação (aprovação/ revisão), apenas dois Comitês
115 possuem este plano os Comitês Rio de Contas e Recôncavo Norte e
116 Inhambupe, por isso eles pontuaram, os demais Comitês por não elaborarem o
117 plano de comunicação não pontuaram; Implementação e monitoramento do
118 Plano de Comunicação, vai acontecer a mesma coisa que na elaboração do
119 Plano de comunicação, porém o contas apesar de possuir o plano não fez
120 nenhuma ação que estava prevista no ano de 2019, então eles não pontuam,
121 somente o Recôncavo Norte Inhambupe pontuou, porque eles implementaram
122 algumas ações desse plano de comunicação. Componente IV – Cadastro
123 Nacional de Instâncias Colegiadas, este componente possui 03 indicadores, no
124 qual cada indicador possui o peso de 0,33. Informou que a ANA possui um
125 Sistema de cadastro de instâncias Colegiadas – Sistema Cinco e é
126 responsabilidade dos Comitês alimentarem as informações dentro desse
127 sistema. Os indicadores são: Conhecimento dos membros (entidades e
128 representantes), onde os Comitês devemn alimentar no sistema os dados dos

129 membros dos Comitês, nome completo, telefone, e-mail e endereço todos os
130 Comitês pontuaram, pois fizeram o cadastro dos membros; Conhecimento da
131 atuação, em relação a este indicador houve uma diferença em pontuação,
132 porque os Comitês do Grande, do Itapicuru, o Leste e o verde jacaré só
133 pontuaram 0,5, pois não finalizaram a implementação dos dados nesse
134 sistema; conhecimento dos instrumentos tem como base os planos de bacias,
135 enquadramentos e termos de referência, o comitê do Contas pontuou porque
136 ele acrescentou a aprovação dos documentos do PL, ano de bacia e o
137 enquadramento que foi aprovado, o comitê do Corrente no ano de 2019 não
138 tem o plano de bacia e o enquadramento aprovado, porém em 2017 na oficina
139 ele preveu que já teria em 2019 esse plano e enquadramento aprovados, por
140 isso eles pontuaram 0,5, o comitê do Leste foi o único que não pontuou,
141 informaram na oficina de 2017 que teriam o plano e o enquadramento
142 aprovados em 2019 e a cobrança implementada na bacia, porém no ano de
143 2019 não foi implementado nenhum dessas ações. Componente V – Estimulo a
144 implementação de Instrumentos de Gestão em Bacias Compartilhadas, neste
145 componente todos os Comitês pontuam, mesmo que não tenho plano de
146 bacias , a diferença que ocorre é em relação aos Comitês do Contas,
147 Recôncavo Norte Inhambupe, Paso, Recôncavo Sul, Salitre e Verde e Jacaré,
148 porque esses informaram que em 2019 teriam os planos de bacias,
149 enquadramentos e termo de e referência aprovados em 2019 e o Comitê do
150 Paraguau e do grande pontuam 0,5, por seus planos estarem em fase de
151 construção. Em relação ao instrumento de cobrança só pode tirar ponto do
152 Leste porque eles informaram que a cobrança na bacia estaria implementada
153 em 2019, e isso não aconteceu, por isso não pontuaram e o Comitê Verde
154 Jacaré pontuaram, porque eles já haviam uma discussão sobre a cobrança e
155 encaminharam uma deliberação para o CONERH. No que se refere a Meta
156 adicional 01 e 02 nem todos os Comitês eram obrigados a adicionar essas
157 metas, porém alguns Comitês criaram essas metas como: os Comitês do leste,
158 Salitre, Contas, PIJ, FRABS e Paso, porém estes Comitês não pontuaram, pois
159 as metas não foram realizadas. O comitê do Grande colocou duas metas e
160 conseguiu realizar uma das metas. Por fim, apresentou um quadro geral com a
161 porcentagem total e sinalizando que todos os Comitês pontuam, por terem feito



162 os acompanhamentos, diante disso a certificação final todos os 14 Comitês
163 pontuaram na totalidade de 80%, porém o repasse esse ano será menor do
164 que o inicial, será repassado 400 mil reais. Pontuou que os recursos utilizados
165 até dezembro de 2019 foram relacionados: aos seminários de qualificação e
166 fortalecimento dos membros dos Comitês com diárias e passagens; ao
167 Encontro nacional dos Comitês de Bacias – ENCOB com as despesas de
168 passagens terrestres, aéreas e diárias; e a capacitações no ano de 2019 e a
169 utilização desses recursos foram aprovados pelos Comitês. Esclareceu que o
170 seminário foi realizado no final de 2018 e as diárias e passagens estão no
171 âmbito de 2019, porque quando esses valores foram discriminados o
172 percentual gasto com diárias e passagens, não houve desconto, o caixa do
173 Estado fecha no final do ano e houve uma abertura em 2019 onde ocorreu todo
174 esse repasse para o Estado. Então o valor transferido em 2019 também foi de
175 400 mil reais, lembrando que no ano passado quando fez a certificação não
176 conseguiu obter a totalidade de 100%, então também tinha uma redução de
177 cem mil, e atualmente tem na conta do PROCOMITÊS R\$ 785.397,09, lembrou
178 que algumas passagens e diárias e utilização de dinheiro faz para os Comitês
179 se não forem utilizados, este não retorna para conta. Informou ainda que o
180 rendimento de 2019, foi no valor de R\$ 11.473,50, porém esse rendimento não
181 mexe, pois a ANA não permite a utilização e se utiliza o recurso encaminhado
182 pela ANA todos os anos.

183 Passou-se para a apresentação do parecer do relator da CTPPP Walter
184 Guerra. Walter Guerra – FCBH informou que assumiu a relatoria da CTPPP,
185 referente ao PROCOMITÊS e foi feita uma minuta e esse parecer foi passado
186 para todos no chat da reunião. Passou a lê o parecer. Concluiu que após as
187 discussões e contribuições realizadas pelos membros da CTPPP ao
188 documento, quanto à configuração e procedimentos do programa, bem como,
189 seus desdobramentos para o fortalecimento da gestão dos Comitês, foram
190 destacados os seguintes itens: o órgão gestor deverá manter agenda
191 permanente durante a vigência do contrato 079/2017, indicando capacitadores
192 (ponto focal) para orientar nos documentos e sistemas alusivos ao ProComitês;
193 os CBH's deverão disponibilizar pessoal habilitado e com conhecimento em

194 planilha para o preenchimento dos documentos e sistemas alusivos ao
195 PROCOMITÊS; o Órgão estadual deverá apresentar mais clareza nos critérios
196 de aplicação dos recursos advindos do PROCOMITÊS que serão discutidos de
197 forma conjunta com os CBH's; o Órgão Estadual deverá otimizar o modelo de
198 comunicação com representantes dos Comitês. Por fim, aprovou-se os
199 formulários de acompanhamento do cumprimento das metas do relatório anual
200 referentes ao ano de 2019, preenchidos pelo s Comitês consolidados pelo
201 INEMA juntamente com a ANA. Relembrou que este parecer foi construído
202 baseado na fala e considerações de todos os membros da CTPPP.

203 Miriã Caetano da Silva – SECEX diz que feita às apresentações abriu para as
204 discussões/considerações.

205 Sérgio Bastos – COFIC pontuou que quando olha as notas, existe um rigor
206 muito grande quanto aos critérios que a ANA adota para a questão dos
207 conhecimentos dos instrumentos e não podem ser alteradas algumas previsões
208 que foram feitas anteriormente, mesmo sabendo que não vai acontecer. Diante
209 disso, pleiteou mais uma vez a CODIS e a SECEX, juntamente com a ANA
210 ponderem essa questão do rigor nesse enquadramento, porque se houve erro
211 em 2019, não tem condição de mudar nunca e fica sempre travando essa
212 distância. Tanto é que alguns Comitês foram extremamente penalizados e é do
213 conhecimento de todos que não é bem a realidade do debate dos instrumentos
214 internamente, mas esse é o critério que a ANA adota. Ponderou que espera que
215 em 2020 consiga pelo menos no julgamento ser um pouco mais realista.

216 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que como não identificou mais
217 nenhuma manifestação dos Conselheiros, perguntou se pode considerar
218 aprovado o relatório de cumprimento das metas 2019 do PROCOMITÊS? Os
219 Conselheiros concordaram por unanimidade, sendo aprovado o relatório anual
220 de certificação do alcance das metas do PROCOMITÊS com as considerações
221 trazidas pela relatoria da CTPPP.

222 Miguel Polino - Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Lauro de Freitas
223 perguntou se o questionamento de Sérgio Bastos, vai depender do relatório ou



224 vai depender do INEMA em alguma circunstância de poder aceitar isso de cada
225 Comitê e suas plenárias. Como será essa resposta?

226 Thamires Gomes – CODIS/INEMA ressaltou que esse questionamento de
227 Sérgio Bastos já foi feito também na CTPPP, e a CODIS encaminhou um e-
228 mail a ANA em relação aos instrumentos e também foi solicitado por Evilásio
229 que pudesse rever as metas que foram aprovadas em 2017 e isso também foi
230 encaminhado para a ANA. Até o momento a CODIS não teve nenhum retorno.
231 Ressaltou que em 2017, através de uma oficina foi gerado um contrato e dentro
232 desse contrato já tinha os anexos aprovados e isso geraria outras
233 interferências. Mas informou que a CODIS está juntando as respostas da ANA
234 e depois encaminhará aos presidentes dos Comitês e a SECEX as respostas
235 da ANA com todos esclarecimentos.

236 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que também entendeu da mesma
237 forma, que na CTPPP este assunto quando foi trazido e se falou até sobre o
238 lapso de tempo e que traria uma forma de promover uma discussão com a
239 ANA de uma adequação agora a realidade. Passou-se para o ponto seguinte
240 para a apresentação do relatório do QUALIÁGUAS, que será feita por Ailton da
241 COMON/INEMA.

242 Ailton dos Santos Junior – Coordenador da COMON /INEMA falou que é uma
243 satisfação enorme apresentar esse relatório aos membros do CONERH.
244 Lembrou que essa apresentação do Relatório Anual do QUALIÁGUA é uma
245 obrigação contratual a partir da assinatura do contrato de execução do
246 Programa QUALIÁGUA feito junto a ANA, por isso o INEMA tem a obrigação
247 de apresentar e encaminhar o relatório com os dados sobre o cumprimento das
248 metas do Programa. O Programa QUALIÁGUA é um programa de
249 monitoramento da qualidade das águas dos rios e tem como objetivos:
250 Contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos, através da
251 divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no Brasil a toda
252 a sociedade; Estimular a padronização dos critérios e métodos de
253 monitoramento de qualidade de água no país, de acordo com as diretrizes
254 estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações

255 comparáveis em nível nacional; Contribuir para o fortalecimento e estruturação
256 dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente para que
257 realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem
258 publicidade aos dados gerados; Promover a implementação da Rede Nacional
259 de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa
260 Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA. Informou que o
261 Contrato 014/2016 para realizar as atividades do Programa foi assinada e
262 formalizada em Maio de 2016 entre o INEMA e a ANA e a vigência do acordo
263 são de cinco anos a partir da publicação no Diário Oficial da União. O Estado
264 assim que assinou o contrato começa com uma meta inicial e essa meta
265 anualmente vai crescendo, então o Estado iniciou com 199 pontos qualitativos
266 e mais pontos quali-quantitativos. Esse Programa além de fazer o
267 monitoramento da qualidade das águas, em alguns pontos também é
268 necessário fazer a medição de vazão e de certa forma o monitoramento passa
269 a ser quali-quantitativo. A execução desse programa é avaliada pela ANA, onde
270 o INEMA tem que cumprir dois tipos de metas: as metas de monitoramento e
271 divulgação que são metas de operação da RNQA (Rede Nacional de Qualidade
272 da Água), com critérios mínimos de número de pontos, número de parâmetros
273 e número de pontos com medição de vazão e estas metas são semestrais; e as
274 metas estruturantes são metas mínimas de frequência de amostragem,
275 capacitação de técnicos responsáveis pelas atividades de monitoramento e
276 avaliação da qualidade das águas e melhorias nas atividades de laboratório, no
277 caso da Bahia o laboratório que faz a parte analítica é o CEPED, que é ligado a
278 Secretaria de Ciências e Tecnologia – SECT, essas metas são anuais. Os
279 dados desse relatório que estão sendo apresentados diz respeito ao período do
280 4º ano de execução do Programa QUALIÁGUA, englobando dois períodos de
281 meta de monitoramento e um período de meta estruturante. No que se refere à
282 meta de monitoramento e divulgação que tem como objetivo promover a
283 implementação da RNQA no Estado é uma meta semestral, então no quarto
284 ano a Bahia teve duas certificações, referentes aos sétimo e oitavo períodos.
285 Nesse quarto ano foram 345 pontos, sendo 104 relativos a obrigação do
286 INEMA de fazer a medição de vazão simultânea com a coleta da água e
287 demais parâmetros analisados. Informou que as divisões são feitas por RPGA's

288 e a avaliação das cores diz respeito a evolução da rede de monitoramento. No
289 primeiro ano está caracterizado pelos pontos em azul; o segundo ano está
290 caracterizado pelos pontos em vermelho; o terceiro ano está caracterizado
291 pelos pontos em verde e o quarto ano está caracterizado pelos pontos em lilás.
292 Diante disso, percebe-se que a rede de monitoramento vai aumentando ao
293 longo do ano. Esclareceu que são 23 parâmetros utilizados para avaliação :
294 alcalinidade; salinidade; condutividade; temperatura da água; temperatura do
295 ar, PH; turbidez; sólidos totais; sólidos dissolvidos; sólidos em suspensão;
296 oxigênio dissolvido; % de saturação de oxigênio; demanda bioquímica de
297 oxigênio; demanda química de oxigênio; nitrogênio total; nitrogênio total;
298 nitrogênio amoniacal; nitrogênio nitrato; fósforo total; ortofosfato solúvel;
299 coliformes termotolerantes; clorofila a; cloreto e transparência da água.
300 Informou que o INEMA faz 04 parâmetros a mais do que o acordado junto a
301 ANA, ou seja, obrigatoriamente tem que fazer 19 parâmetros, mas o INEMA
302 entrega a mais, que são os parâmetros de: salinidade, sólidos totais, % de
303 saturação de oxigênio e demanda química de oxigênio. Como resultado da
304 certificação do sétimo período do monitoramento a 13ª campanha estavam
305 previstos 345 pontos e foram realizados 337 pontos e na 14ª campanha
306 estavam previstos 345 pontos e foram realizados 342 pontos e no oitavo
307 período na 15ª campanha estavam previstos 345 pontos e foram realizados
308 339 pontos e na 16ª campanha estavam previstos 345 pontos e forma
309 realizados 306 pontos. No que se refere ao número de pontos de medição de
310 vazão simultânea o previsto na 13ª campanha era 104, porém só foram
311 realizados 70 pontos, e deixou claro que isso não foi porque a equipe não fez,
312 é porque neste caso quando o rio está seco ou empoçado não é realizada a
313 medição de vazão, então na verdade essa diferença não é tão grande.
314 Ressaltou que aqui na Bahia por ser um Estado que tem uma grande área
315 dentro do semi árido, a frequência de rios cortados e empoçados é muito alta
316 e por isso tem essa diferença. Então fazendo correlação entre o número de
317 pontos previstos e o número de pontos realizados percebe-se que o Estado
318 atende quase 100% dos pontos.

319 No que se refere as metas estruturantes que tem como objetivo aumentar a
320 confiabilidade dos dados gerados, padronizar procedimentos em nível nacional
321 e estruturar /capacitar o Estado para que ele realize as atividades de
322 monitoramento de qualidade da água. No 4º período em evidência existem os
323 critérios que são basicamente a questão do mínimo de pontos que são
324 monitorados dentro da frequência estabelecida e a participação de técnicos nos
325 cursos de capacitação de monitoramento da água e também a participação do
326 laboratório em ensaios de proficiência laboratorial. No caso das metas o Estado
327 da Bahia é considerado como grupo II, então o estado tem que alcançar o nível
328 de 50% dos pontos monitorados em sequência trimestral, participação de dois
329 técnicos em cursos relativos a qualidade da água, somando 40 horas e a
330 questão do laboratório na participação de ensaios de proficiência. O Resultado
331 das metas estruturantes do quarto período, quanto à questão da padronização
332 o mínimo previsto é de 50% e a Bahia alcançou 83%; no que se refere à
333 capacitação de dois técnicos aconteceu essa capacitação, então foi atendido e
334 e quanto ao laboratório no quarto período não houve ensaio de proficiência
335 porque a própria ANA cancelou, por conta disso o status é não se aplica. Então
336 pode-se perceber que o alcance das metas estruturantes aqui na Bahia em
337 todos os períodos avaliados foi alcançado além do mínimo requerido.

338 Esclareceu que para a realização desse Programa a ANA cedeu equipamentos
339 para que o estado tenha condições de fazer o monitoramento. No caso do
340 INEMA recebeu os seguintes equipamentos: 03 Medidores de vazão (Flow
341 tracker); 03 Medidores acústicos (M9); 02 Caminhonetes 4x4 cabine dupla com
342 baú; 07 Sondas multiparamétricas e o laboratório CEPED recebeu os seguintes
343 equipamentos: 01 Cromatógrafo Iônico – Metrohm; 01 Sistema de produção de
344 água tipo 1; 03 Destiladores de água tipo Pilsen; 04 Conjuntos de 06 garrafas
345 para determinação de DBO pelo método Manométrico – HACH; 04 Estufas de
346 esterilização e secagem; 01 Microscópio invertido trinocular – Zeiss; 01
347 Espectrofotômetro de absorção; 01 Estufa de Cultura Bacteriológica; e 01
348 Seladora Eletrônica. Esclareceu que toda vez que o Estado atinge as metas, o
349 INEMA é premiado pelo alcance dessas metas. Considerando o último ano o
350 INEMA recebeu a premiação no valor de R\$ 745.971,00 e R\$ 756.800,00,

351 totalizando até o quarto período R\$ 4.868.771,00. Ressaltou que nesses
352 valores não estão computados os equipamentos e veículos cedidos pela ANA
353 ao Estado. Informou que o INEMA cancelou as amostragens do Programa
354 QUALIÁGUAS, a partir do dia 23/03/2020, por isso muitos pontos deixaram de
355 ser efetivamente coletados. Diante disso, o INEMA oficializou a ANA através de
356 ofício a suspensão das amostragens do Qualiáguas, por causa da pandemia do
357 COVID em que o Brasil encontra-se afetado. Salientou que a suspensão
358 inicialmente teve como objetivo preservar a vida dos técnicos e também em
359 função do decreto do Governo do Estado que suspendeu o transporte público
360 intermunicipal em praticamente todo o Estado. Ressaltou que a ANA está
361 estudando como fazer em relação a questão contratual e possivelmente eles
362 irão fazer um aditivo de mais um ano de contrato, para não prejudicar os
363 Estados, mas isso ainda está sendo avaliado. Finalizou pontuando as
364 principais considerações e que houve o cumprimento das metas de
365 monitoramento e divulgação nos 08 períodos avaliados e das metas
366 estruturantes nos 04 períodos avaliados, com aporte financeiro total de R\$
367 4.868.771,00 para o INEMA e esse programa por si só gerou 86.795 dados de
368 qualidade da água disponíveis para a sociedade, através do site do INEMA.

369 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação de Ailton sobre o
370 Programa QUALIÁGUA e informou que a equipe do INEMA está a disposição
371 para esclarecer qualquer dúvida dos Conselheiros.

372 Eduardo Topázio – DIRAG/INEMA comentou a dimensão desse programa no
373 Estado da Bahia e falou que há muito tempo usa em suas apresentações que a
374 Bahia é um País do tamanho da França, fala isso para se ter uma ideia de
375 quando se fala em territorialidade. Esse programa vem sendo discutido desde a
376 época da superintendência do INGÁ, antes da criação do INEMA com a ANA
377 através de um programa nacional e definiria exatamente com os outros
378 Estados uma forma de se ter financiamento. Ressaltou que se vive em um País
379 que não se faz reflexão, onde a grande concentração de arrecadação é do
380 Governo Federal, então a ANA não está fazendo nada mais nada menos que
381 fazer uma distribuição um pouco mais justa, com controle político e técnico e o
382 Programa QUALIÁGUA é um dos programas que a ANA de maneira ativa, pró

383 ativa e positiva redistribui através da criação de metas e condições de
384 execução. A grande dificuldade que o INEMA teve com a COVID foi a
385 dificuldade de logística que distribua em um território no tamanho da Bahia
386 condições para que chegue as amostras coletadas em um laboratório que fica
387 em uma região metropolitana de Salvador. Ressaltou que com toda essa
388 contribuição do QUALIÁGUA nesses períodos, o gasto do INEMA de
389 orçamento previsto para o ano que vem é mais de 2 milhões para manter a
390 rede operando e funcionando em todo o Estado. Isso é um esforço gigantesco
391 para um Estado com carência de recursos, onde precisa de fato ter recursos
392 permanentes para executar esses serviços. Aproveitou para parabenizar a
393 pequena equipe da COMON que mesmo assim faz todo trabalho de campo, no
394 que diz respeito as coleta, ou seja, não é um serviço terceirizado e ressaltou
395 ainda o comprometimento e prazer de como é feito o trabalho pela equipe da
396 COMON. A grande dificuldade quando se fala em monitoramento e qualidade
397 da água é que a Bahia tem dois terços do Estado em semi-árido e por isso
398 acontece muitas vezes aquela famosa frustração de chegar ao ponto de não ter
399 água ou ter condições adversas em termos de transporte e acessibilidade. O
400 trabalho continua e a rede tem previsão de expansão para os próximos quatro
401 anos e essa expansão ainda não está garantida com o programa QUALIÁGUA,
402 isso ainda será discutido com a ANA.

403 Sérgio Bastos – COFIC pontuou que Topázio tem mencionado a tecnologia de
404 se ter dados tele processados, olhando a rede hoje e pensando no futuro
405 quantos por cento dela já possui essa tecnologia?

406 Eduardo Topázio – DIRAG/INEMA esclareceu que a rede do QUALIÁGUA em
407 si é zero. No que diz respeito a qualidade de água, agora já existe rede de
408 monitoramento que não impede o trabalho de campo, que é automatizada com
409 redes hidrológicas, por via telemétrica, mas que exige também a presença do
410 técnico concomitante a coleta de água. O que se tem de telemetria em
411 qualidade de água são nos reservatórios, tem tido dificuldade na manutenção,
412 por ser caro a manutenção, mas é um processo inovador. Salientou que eles
413 não são pontos do programa de QUALIÁGUA e sim da rede de monitoramento
414 do Estado.

415 Miriã Caetano da Silva – SECEX finalizou a reunião informando que a etapa de
416 hoje foi cumprida. Esse relatório do QUALIÁGUA como vocês viram na pauta é
417 uma apresentação, diferente do PROCOMITÊS e do PROGESTÃO que o
418 CONERH efetivamente precisa aprovar. Informou que gostaria de trocar uma
419 ideia com os Conselheiros, em relação a data da próxima reunião do
420 CONERH, pois foi aprovado na plenária o dia 17/09/2020 para próxima
421 reunião ordinária. Ocorre que a SECEX está com uma pauta também com
422 prazo a ser cumprido que é a aprovação do Enquadramento dos rios
423 Recôncavo Sul e Rio de Contas e está sendo feita aquela etapa prévia que é a
424 apresentação ao CEPRAM. Foi feita uma primeira apresentação e foi deliberado
425 na plenária que o tema fosse discutido na CTPPDS, Câmara Técnica do
426 CEPRAM, embora a SECEX sabe que a instância de aprovação é o CONERH.
427 Sinalizou que a SECEX está com uma previsão de convocar o CEPRAM para o
428 dia 04/09/2020 para conhecer as considerações da CTPPDS, com isso para o
429 dia 17/09/2020 a SECEX não consegue cumprir o prazo regimental dos 15 dias
430 para a convocação ordinária da reunião do CONERH. Diante disso, propõe que
431 a reunião do CONERH fosse transferida para o dia 24/09/2020 e não teria
432 nenhum prejuízo em relação ao encaminhamento que a SEMA e o INEMA
433 precisam junto ao contrato da consultoria e ao mesmo tempo cumpriria o prazo
434 regimental. Os Conselheiros concordaram por unanimidade com a
435 transferência da data para 24/09/2020. Assim, Miriã Caetano – SECEX
436 agradeceu a compreensão e participação de todos os Conselheiros, reiterou
437 que a SECEX está se organizando para as plenárias dos colegiados, mas
438 muito voltada para as Câmaras Técnicas, a fim de cumprir inclusive um
439 planejamento prévio do CONERH e do CEPRAM. A reunião foi encerrada.
440 Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela Secretária
441 Executiva.

442 **Presidente em Exercício/ Secretária Executiva:**  Miriã Caetano da Silva

443 **Membros:**

444 Eduardo Topázio - INEMA

445 Sahada Josephina Luedy - SECTI

446 Ana Livia Cunha Guimarães - SEDUR

- 447 Taís Gouveia – SDE
- 448 Anselmo Caires - FBCBH
- 449 Ana Odália Vieira Sena – FBCBH
- 450 Silvio Santos - FBCBH
- 451 Alessandra Chaves – AIBA
- 452 Leila Márcia Oliveira – ABAF
- 453 Cláudio Murilo M. Xavier - FIEB
- 454 Thiago Hiroshi de Oliveira – EMBASA
- 455 Sérgio Almeida Bastos – COFIC
- 456 Adalberto Sanches – BSC
- 457 Bruno Cardoso – ARATU MINERAÇÃO LTDA
- 458 José Luiz Sanches Gonçalves Júnior – BAHIA PESCA S.A
- 459 Miguel Polino – Conselho de Defesa dos Direitos Humanos em Lauro de Freitas
- 460 Jorge Luiz Farias – ABENFAC
- 461 Antônio Puentes - UFBA
- 462 Onimácia Nascimento - ASSOCIENGE